

CONTRATO ESTATAL N.º 080/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE LEITURA DE MEDIDORES E OUTROS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL E DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

A **COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA - COCEL**, concessionária de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, sediada na Rua Rui Barbosa, 520, no Município de Campo Largo - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 75.805.895/0001-30, neste ato representada, na forma de seu estatuto social, pelo seu Diretor Presidente **JOSÉ ARLINDO LEMOS CHEMIN**,

[redacted] ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.**, sediada na Rua XV de Novembro, no Município de Balsa Nova, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 16.898.125/0001-10, neste ato representada, pelo Sr. **CLAUDINEI DA SILVA**, inscrito no CPF/MF sob o n.º [redacted], ao final subscrito, adiante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será regido pelas cláusulas e condições adiante ajustadas, que as partes mutuamente outorgam e aceitam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto deste contrato, a prestação de serviços terceirizados de leitura de medidores de consumo de energia elétrica do grupo "B" (baixa tensão), em medidores de energia ativa (kWh), reativa (kVar) ou ainda outros tipos de medidores que exijam mais de uma leitura, como os de geração distribuída, mensais ou plurimensais, em unidades localizadas em área urbana e rural, de acordo com o roteiro/calendários de leitura definidos pela COCEL, a serem executados para a COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA-COCEL, através de oito postos de trabalho, por um período de 12 (doze meses) nas seguintes condições:

1.1.1 O prestador de serviço realizará visitas presenciais nas unidades consumidoras, onde todas as leituras deverão ser registradas com a utilização de aparelho celular com sistema Android no sistema disponibilizado pela COCEL, com impressão simultânea da fatura e entrega da mesma na caixa de correspondência do consumidor ou caso não haja, no local mais próximo ao medidor. Não se admitindo leitura com anotação manual para posterior registro, e não podendo em nenhuma hipótese, salvo as previstas em legislação, lançar a leitura por estimativa.

1.1.2 Nos casos previstos na legislação, quando for lançada a média ou não for possível realizar a leitura do medidor, o prestador de serviço deverá comprovar, através de fotos, o

motivo da leitura estimada ou da não leitura. Fotografias em que a imagem não permita a visualização ou interpretação da leitura do medidor, ou da situação que gerou a não leitura, não serão remuneradas.

1.1.3 O prestador de serviço também será responsável pela entrega de correspondências e reavisos de faturas, e entrega massiva de faturas no local das unidades consumidoras localizadas em área urbana ou em agentes arrecadadores rurais, onde o faturamento ocorreu após a análise da leitura e/ou releitura.

1.1.4 Os documentos sem a obrigatoriedade de acuse de recebimento deverão ser deixados, preferencialmente na caixa de correspondência da unidade consumidora, na falta desta, entregar em mãos do morador ou em lugares seguros de intempérie climática.

1.1.5 O prestador de serviço deverá no ato da leitura realizar a fiscalização de faturas que apresentem problemas de leituras, notificando o problema ao funcionário responsável da COCEL, bem como deverá realizar a importação no sistema das leituras já realizadas durante o dia, e o registro de fotos do medidor quando necessário.

1.1.6 Todos os registros de leitura deverão estar corretos, ocorrendo qualquer dúvida, caberá ao prestador de serviço efetuar nova leitura, sem ônus para a COCEL, com a finalidade de confirmar ou corrigir o registro anterior.

1.1.7 O número de unidades consumidoras a serem faturadas mensalmente é de aproximadamente **58.000** (cinquenta e oito mil unidades).

1.1.8 Os números indicados de unidades consumidoras são referenciais, os quais poderão aumentar, tendo em vista o cadastramento de novos consumidores.

1.1.9 A COCEL disponibilizará no início de cada turno, os arquivos de leituras para a respectiva data programada.

1.1.10 O prestador de serviço deverá, obrigatoriamente, proceder no ato da leitura, a verificação geral de conservação do medidor de energia, inspeção visual do lacre, verificação de dificuldade de acesso à leitura, anotação das unidades consumidoras fora da rota normal de leitura, bem como as unidades consumidoras que estão ligadas no ponto de fornecimento, porém não se encontram cadastradas na rota de leitura ou estão demarcadas como inativas.

1.1.11 A responsabilidade de aquisição, manutenção/substituição e carregamento do aparelho celular para realização de leitura será de única e total responsabilidade do prestador de serviço.

1.1.12 É de responsabilidade total do prestador de serviço a aquisição, manutenção/substituição de impressora zebra e papel térmico, específicos para o desempenho da impressão da fatura de energia padronizada.

1.1.13 Para assegurar a correta execução dos serviços e o cumprimento dos padrões de qualidade exigidos, o prestador de serviço deverá considerar:

- a) a densidade demográfica;
- b) as intempéries climáticas;
- c) acessibilidade em áreas urbanas e rurais;

- d) distâncias e tempo a serem percorridas entre base local da execução do serviço ida e retorno;
- e) absenteísmo, férias, reuniões e treinamentos;
- f) a média de execução de leituras/dia (aproximadamente 3000/dia);
- g) execução de releituras (espalhadas);
- h) execução de impressão massiva (espalhadas);
- i) execução de entrega de correspondências (espalhadas);
- j) os backups imediatos quando necessários, de equipamentos para leitura, impressão de faturas e transporte de funcionários;
- k) a quantidade de bobinas termo sensíveis/mês (aproximadamente 700/mês);

1.1.14 O prestador de serviço se obriga a providenciar a substituição dos empregados por outro habilitado, por motivo de falta, até no máximo 02 horas a partir do horário de trabalho, e substituição no período de férias, licença ou demissão.

1.1.15 Nos casos de afastamento citados no item anterior, só será considerado o funcionário como substituído, a partir do momento que a documentação for aprovada no setor de segurança da COCEL, com o profissional esteja habilitado para desempenhar a sua função.

1.1.16 Caso o funcionário não seja substituído, a base de cálculo para realizar o desconto de horas faltas será o valor mensal do contrato dividido pelo número de dias trabalhados no mês, dividido por 8 horas diárias, dividido por 8 funcionários. O resultado será o valor da hora a ser descontado multiplicado pelo número de horas-faltas, acrescido da multa prevista em contrato.

1.1.17 Os serviços serão realizados regularmente de segunda a sexta-feira das 08h00 as 17h00 e aos sábados das 08h00 as 17h00, apenas quando necessário.

1.1.18 Fica sob responsabilidade da Gestora Contratual, o aviso com antecedência de 3 dias úteis ao representante do prestador de serviços, sobre a necessidade da escala de sábado, e número de funcionários necessários para a realização dos serviços.

1.1.19 Sob pena de rescisão imediata do contrato, fica expressamente vedado ao prestador de serviço a alteração de qualquer registro constante da fatura de energia.

1.1.20 A empresa CONTRATADA deverá disponibilizar ponto para registro dos horários de entrada e saída de seu funcionário, sendo responsável pela fiscalização do cumprimento da jornada de trabalho diária e disponibilizar as informações à gestora do contrato, sempre que solicitado, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

1.1.21 Na execução do objeto da presente contratação, a empresa CONTRATADA se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência deste contrato, as normas de higiene e segurança, lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, por cujos encargos responderão, devendo observar também os requisitos de qualidade, determinados pela contratante.

1.1.22 Demais atividades, são aquelas listadas e descritas no Anexo I – Termo de Referência, as quais são de conhecimento da **CONTRATADA**.

1.2 Este Contrato é decorrente da **Licitação nº 043/2024** e da Proposta Comercial de 06/08/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 - Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização dos objetos, definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

2.1.1 - **Edital de Licitação n.º 043/2024**, de 11 de julho de 2024 e respectivos Anexos;

2.1.2 - Proposta Comercial da Contratada.

2.2 Os documentos referidos definem os direitos e as obrigações da **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

3.1 - A **CONTRATADA** deverá dar início à execução dos serviços nos prazos previstos nas Autorizações para Execução dos Serviços.

3.2 - A conclusão dos serviços deverá verificar-se nos prazos previstos nas Autorizações para Execução dos Serviços.

3.3 - O prazo de execução dos serviços, definido nas Autorizações, somente será prorrogado se ocorrer qualquer um dos seguintes eventos:

3.3.1 - Não cumprimento, por parte da **CONTRATANTE**, das obrigações previstas no contrato que interfiram diretamente no andamento dos serviços;

3.3.2 - Suspensão temporária dos serviços por parte da **CONTRATANTE**;

3.3.3 - Motivo apresentado pela **CONTRATADA** e considerado justo pela **CONTRATANTE**;

3.3.4 - Impedimentos interpostos por autoridades municipais, estaduais ou federais;

3.3.5 - Ocorrências de caso fortuito ou de força maior;

3.3.6 - Falta ou atraso de entrega dos materiais, por parte da **CONTRATANTE**.

3.4 - A prorrogação do prazo de execução dos serviços não deverá ultrapassar o período de tempo que lhe deu causa.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO

4.1 - O valor para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de **R\$ 68.500 (sessenta e oito mil e quinhentos reais)** mensal, totalizando **R\$ 822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais)**, pelo período de **12 (doze) meses**.

4.2 - É vedado à **CONTRATADA** pleitear qualquer adicional de preço por faltas ou omissões que porventura venham a ser constatada em sua Proposta, com relação a imprevistos, lucros, mão-de-obra especializada necessária para a execução do objeto, despesas de transporte, combustível, manutenção de veículo, refeições, hospedagem, pequenas despesas, horas extras, despesas de viagem, administração, encargos fiscais, trabalhistas e sociais.

4.3 - As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura emitida pela **CONTRATADA**.

5.2 - O pagamento pela prestação dos serviços será efetuado no 8º (oitavo) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço, mediante entrega da Nota Fiscal pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE** e o atesto do Gestor do Contrato.

5.3 - A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de descontar do faturamento mensal os débitos da **CONTRATADA** e as multas previstas na CLÁUSULA NONA.

CLÁUSULA SEXTA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A **CONTRATADA**, além dos demais encargos previstos neste contrato e em seus anexos que o integram, obriga-se a:

6.1.1 - Promover a organização técnica e administrativa dos serviços objeto deste contrato de modo a conduzi-los eficientemente, de acordo com as Ordens de Serviços fornecidas pela **CONTRATANTE** nos prazos previamente determinados e de acordo com as normas que regem o setor elétrico brasileiro;

6.1.2 - Conduzir os serviços de acordo com as normas técnicas, em estrita observância às legislações federal, estadual e municipal, devendo, ainda, conduzir os serviços e o seu pessoal de modo a formar junto ao público uma boa imagem da **CONTRATANTE** e de si própria;

6.1.3 - Transportar às suas expensas, seu pessoal, ferramentas e equipamentos necessários aos serviços.

6.1.4 - Responsabilizar-se pelo bom comportamento de seu pessoal, podendo a **CONTRATANTE** exigir o afastamento imediato de qualquer empregado da **CONTRATADA**, cuja permanência seja considerada prejudicial às relações da **CONTRATANTE** com autoridades e particulares.

6.1.5 - Contratar todos os seguros a que estiver obrigada pelas leis brasileiras, em qualquer tempo, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

6.1.6 - Obedecer às exigências do Código Nacional de Trânsito e demais normas pertinentes em relação ao transporte de pessoas, equipamentos e materiais, e afixar "**A SERVIÇO DA COCEL**", em ambos os lados de seu veículo (moto), facilmente identificável.

6.1.7 - Manter um representante autorizado, devidamente credenciado, por escrito, para receber da **CONTRATANTE** as instruções, bem como proporcionar a equipe de fiscalização toda assistência e facilidades necessárias ao bom cumprimento e desempenho das inspeções, sanando, de imediato, as irregularidades apontadas;

6.1.8 - A **CONTRATADA** é responsável direta e exclusivamente pela execução do objeto deste contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a **CONTRATANTE** ou para terceiros;

- 6.1.9** - A **CONTRATADA** não reivindicará da **CONTRATANTE**, qualquer indenização por perdas, danos a bens de sua propriedade ou de terceiros sob sua responsabilidade;
- 6.1.10** - Responsabilizar-se pelos pagamentos, sem qualquer reembolso por parte da **CONTRATANTE**, de indenizações decorrentes de acidentes ou fatos que causem danos ou prejuízos aos serviços ou a terceiros quando resultantes de imprudência, imperícia ou negligência de seus empregados ou de qualquer pessoa que estiver desempenhando atividade junto aos serviços sob a responsabilidade da **CONTRATADA**;
- 6.1.11** - Adotar todas as medidas de segurança, inclusive as que a **CONTRATANTE** julgar necessárias à execução dos serviços e preservação dos bens e interesses próprios da **CONTRATANTE** e de terceiros em geral, assumindo os ônus decorrentes;
- 6.1.12** - Não poderá ser responsável técnico do contrato, empregado pertencente ao quadro de funcionários da **CONTRATANTE**.
- 6.1.13** - Não efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome da **CONTRATANTE**;
- 6.1.14** - Responsabilizar-se pela integral prestação dos serviços dentro dos padrões de qualidade e quantidade exigidas, inclusive pelas obrigações decorrentes da inobservância da legislação em vigor;
- 6.1.15** - Utilizar-se somente de pessoal habilitado para os serviços que se fizerem necessários para a execução do Contrato.
- 6.1.16** - Reparar ou refazer, exclusivamente às suas expensas, os serviços inadequadamente executados, sanando todos os defeitos dentro dos prazos estipulados.
- 6.1.17** - Apresentar mensalmente à **CONTRATANTE**, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, compostos dos seguintes documentos, referentes ao mês anterior, sob pena de bloqueio do pagamento até que sejam apresentados:
- a)** Folha de pagamento;
 - b)** Guia de recolhimento do FGTS;
 - c)** Guia de Recolhimento do INSS;
 - d)** Guia de recolhimento do ISS;
 - e)** Relação dos empregados que atuam diretamente na execução do objeto do contrato;
 - f)** Holerite assinado pelo colaborador;
 - g)** Comprovante de depósito do valor constante no holerite, do mês corrente;
 - h)** Comprovante de disponibilização do vale alimentação;
 - i)** Prova de regularidade para com a Seguridade Social, através da Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND ou CPD-EN);
 - j)** Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS – através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
 - k)** Prova de regularidade trabalhista através da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.1.18 - A **CONTRATADA** se obriga a providenciar a substituição do empregado, por motivo de falta, até no máximo 02 horas a partir do horário de trabalho, e substituição no período de férias, licença ou demissão, de forma a evitar a interrupção dos serviços.

6.1.19 - Realizar o pagamento dos salários aos profissionais envolvidos nos serviços, até o 5º dia útil do mês subsequente, possibilitando a conferência do pagamento por parte da Administração sempre que solicitado.

6.1.20 A **CONTRATADA** se obriga a respeitar, rigorosamente, durante o período de vigência do contrato, as normas de higiene e segurança, Lei 6.514 de 22 de dezembro de 1977, por cujos encargos responderão, devendo observar também os requisitos de qualidade, determinados **pela CONTRATANTE**.

6.1.21 - A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

6.1.22 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências da Contratante. Apresentar no início de cada exercício, ao fiscal do contrato, a relação anual de férias dos profissionais envolvidos nos serviços.

6.1.23 - Respeitar normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso as dependências.

6.1.24 Fornecer gratuitamente e exigir do seu empregado a utilização de uniforme, crachá e dos equipamentos de segurança individuais e coletivos.

6.1.25 Não divulgar dados contratuais nem oferecer informações a terceiros sem autorização prévia da **CONTRATANTE** por escrito;

6.1.26 Apresentar à **CONTRATANTE**, na assinatura do contrato cópia da apólice referente ao seguro do veículo a ser utilizado para execução dos serviços.

6.1.27 Prestar os serviços de acordo com as condições e obrigações constantes do Anexo I do Edital de Licitação – Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Constituem obrigações da **CONTRATANTE** durante a vigência do presente contrato:

7.1.1 - Fornecer à **CONTRATADA** as informações (rol) e especificações necessárias à correta execução dos serviços.

7.1.2 - Esclarecer à **CONTRATADA**, em tempo hábil, toda e qualquer dúvida com referência a execução dos serviços.

7.1.3 Inspecionar os serviços executados.

7.1.4 Pagar à **CONTRATADA** as faturas apresentadas e aceitas nas condições estabelecidas na Cláusula Quinta deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 O contrato, objeto da presente licitação, inicia-se na data da assinatura do contrato, com a efetiva prestação dos serviços, e terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes, através de termo aditivo, com fundamento no **art. 168 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Campolarguense de Energia – COCEL**.

8.2 - Em caso de prorrogação do prazo de execução dos serviços, o valor pela execução do objeto da presente licitação será reajustado a cada período de 12 (doze) meses, tomando-se os valores e corrigindo monetariamente pelo IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA NONA: PENALIDADES

9.1 – O não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, garantida a previa defesa na forma da lei, sujeitará a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

- a)** Dez por cento (10%) sobre o valor do contrato, por inexecução total, inclusive quando motivada pela reprova na inspeção;
- b)** Dez por cento (10%) sobre o saldo do valor do contrato, por inexecução parcial;
- c)** Três por cento (3%) sobre o valor do contrato, em decorrência do descumprimento de quaisquer das demais obrigações assumidas, sobre as quais já não se tenha estabelecido penalidade.
- d)** Advertências por escrito, em decorrência do descumprimento de quaisquer obrigações assumidas.
- e)** Impedimento de participação em licitações no âmbito da **CONTRATANTE**, com a possibilidade de suspensão cadastral, por inexecução total ou parcial do contrato, em especial pelo descumprimento das obrigações contidas no Guia de Orientações de Segurança e Saúde do Trabalho para Empresas Contratadas.
- i.** A aplicação de multas e eventuais danos ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão objeto de notificação e seu valor será deduzido dos pagamentos que esta vier a fazer à **CONTRATADA**. Não havendo crédito ou se for este insuficiente para cobrir a importância devida, deverá a **CONTRATADA** efetuar imediatamente o recolhimento do saldo devedor, através de fatura emitida para este fim específico.
- ii.** Os motivos de casos fortuitos ou de força maior deverão ser devidamente comunicados à COCEL e comprovados dentro de cinco dias a partir de sua ocorrência, para que possam ser analisados e considerados válidos, a critério da **CONTRATANTE**.
- iii.** A aplicação de penalidades à **CONTRATADA** por órgãos externos competentes, relativas à execução do objeto deste contrato, poderá ensejar a adoção de medidas pela COCEL, inclusive a rescisão contratual.

9.2 As penalidades aplicadas serão objeto de anotação no registro cadastral da **CONTRATANTE**, influenciando na habilitação para futuras contratações.

9.3 As multas estabelecidas nesta cláusula serão aplicadas ressalvada a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais prejuízos excedentes, nos termos do artigo 416, parágrafo único, da Lei n.º 10406 de 10.01.2002 (Código Civil Brasileiro), cujo valor será apurado em ação própria e na fase processual adequada, caso não haja consenso entre as partes.

9.4 As sanções poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

I – por ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à COCEL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros;

II - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

IV - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a COCEL em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5 Na aplicação das penalidades, a COCEL considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da contratada, podendo deixar de aplicá-las, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela **CONTRATADA**, em parecer motivado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da ocorrência do evento, se admitidas as suas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

10.1 - Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBCONTRATAÇÕES

11.1 - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar o objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir o Contrato, de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à **CONTRATADA** qualquer direito a indenização, na ocorrência das seguintes hipóteses:

12.1.1 Não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos, normas e recomendações ou prazos;

12.1.2 Cumprimento irregular das cláusulas contratuais, especificações e prazos;

12.1.3 Subcontratação total ou parcial do seu objeto, sem observância do disposto na cláusula doze do presente contrato, associação da **CONTRATADA** com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação;

12.1.4 Imperícia, negligência, imprudência ou desídia, por parte da **CONTRATADA**, na realização dos serviços ora contratados;

12.1.5 Interrupção dos serviços, por exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA**, por mais de 5 (cinco) dias consecutivos, sem comprovada justificativa apresentada a **CONTRATANTE** por escrito e por ela aceita;

12.1.6 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa **CONTRATADA** que, a juízo da **CONTRATANTE**, prejudique a execução deste Contrato;

12.1.7 Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da **CONTRATADA**;

12.1.8 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a **CONTRATADA**, ou situações de força maior ou caso fortuito que impossibilitem a **CONTRATADA** de cumprir com suas obrigações;

12.1.9 Desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, assim como a de seus superiores.

12.2 A rescisão do presente contrato poderá se dar sob quaisquer das formas previstas conforme disposto no Edital, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL e na Lei nº 13.303/16, com as consequências neles previstas.

Parágrafo Único: Caso ocorra a rescisão do Contrato, tácita ou expressamente, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** apenas os valores dos serviços executados e aceitos até a data da rescisão, sem que haja qualquer direito à reclamação ou indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: LEIS E REGULAMENTOS

13.1 – A **CONTRATADA** será responsável e indenizará a **CONTRATANTE** e seus agentes representantes contra quaisquer reivindicações, exigências, ações, danos, custos, débitos ou despesas provenientes de transgressão ou alegada transgressão de leis ou nelas baseadas, inclusive por quaisquer ordens ou instrumentos, tanto suas como de seus profissionais.

13.2 – A **CONTRATADA** será debitada de todas as despesas, honorários e depósitos que possam ser requeridos em cumprimento a lei, relativos à prestação dos SERVIÇOS para cumprimento deste CONTRATO.

13.3 – Aplicam-se a este contrato as disposições: da Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, o qual estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica; Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL; Lei nº 13.303/16; Lei nº 8.078/90; Lei nº 8.137/90; Lei nº 8.429/92; Lei Complementar nº 123/06; Resoluções Normativas dos Órgãos Reguladores; Normas e Manuais Técnicos da COCEL; às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho; às legislações Federal, Estadual e Municipal e outras legislações quando couber.

13.4 – O presente contrato não gera vínculo empregatício, de qualquer natureza, entre a **CONTRATADA** e seus colaboradores e a **CONTRATANTE**, pois tem caráter de serviço autônomo prestado por tempo/prazo e condições determinadas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: NOVAÇÃO

14.1 - A não utilização por parte da **CONTRATANTE**, de quaisquer direitos a ela assegurados neste CONTRATO ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções neles previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras.

14.2 - Todos os recursos postos à disposição da **CONTRATANTE** neste Contrato serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: VALOR DO CONTRATO

15.1 - As partes **CONTRATANTES** dão ao presente contrato o valor global estimado de **R\$ 822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais)**, para todos os legais e jurídicos efeitos.

15.2 Os pagamentos serão efetuados pela **CONTRATANTE**, em reais, com recursos vinculados ao orçamento anual, vinculados às seguintes classificações contábeis:

Item orçamentário
4530.08.055

15.3 - A **CONTRATADA** não receberá qualquer valor pela realização de serviços não solicitados ou não autorizados pela **CONTRATANTE** ou realizados fora dos prazos previstos em lei ou determinados pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Primeiro: O preço dos serviços ora contratados já inclui:

- a) A remuneração dos serviços de profissional necessário à execução dos trabalhos;
- b) Todos os tributos, contribuições exigidas pela legislação em vigor, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, a administração e lucros da **CONTRATADA**;
- c) Todos os materiais e documentos entendidos como necessários pela **CONTRATANTE** para que o objeto deste contrato seja considerado completo;
- d) Locomoção de qualquer natureza, alimentação e alojamento de pessoal;
- e) Ferramentais necessários à execução dos serviços;
- f) Despesas com seguro de qualquer natureza;
- g) Imposto Municipal ISS - Imposto Sobre Serviços

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – IMPOSTOS, TAXAS E DEMAIS OBRIGAÇÕES FISCAIS

16.1. Caberá à CONTRATADA o pagamento de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou vierem a incidir sobre o objeto da contratação, até o recebimento definitivo dos serviços, bem como, ficará responsável por reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

16.2. A contratada deverá manter durante a vigência da execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação necessárias para a contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS

17.1 A **CONTRATANTE** poderá, em qualquer ocasião, suspender a execução do(s) serviço(s) previstos no objeto do contrato, através de comunicação por escrito à **CONTRATADA**:

17.1.1 Quando da suspensão, caberá à **CONTRATADA** receber o valor dos serviços até então executados e aceitos pela **CONTRATANTE**;

17.1.2 Quando a suspensão, for causada por fato atribuído à **CONTRATANTE**, não assistirá à **CONTRATADA** o direito de pleitear pagamentos de quaisquer despesas resultantes da suspensão, ressalvados aqueles referente aos serviços até então e aceitos pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO

18.1 A **CONTRATADA** declara ter conhecimento das "Normas de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho para Empreiteiras", estabelecidas pelas normas e instruções pertinentes a matéria, obrigando-se a respeitá-las, bem como fazê-las cumprir, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: ALTERAÇÃO DO CONTRATO

19.1 Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos nos artigos 170 a 174 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da COCEL.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20.1 – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** comprometem-se a cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável ("Dados Pessoais") vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD"), Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 ("Código de Defesa do Consumidor"), Lei Complementar nº 166, de 08 de abril de 2019 ("Lei do Cadastro Positivo") e Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 ("Lei de Acesso à Informação"), conforme aplicável;

20.1.1 – Além destas obrigações, a **CONTRATADA** também deverá:

I - Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais pela **COCEL**;

II - Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a COCEL em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais;

III - Garantir que qualquer atividade realizada que utilize Dados Pessoais, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração ("Tratamento") resultante do objeto do presente Contrato, bem como o uso e marketing de tais dados, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política LGPD, visando conformidade com a legislação brasileira e internacional de proteção de dados pessoais;

IV - Não realizar qualquer Tratamento de Dados Pessoais, resultantes da execução do Contrato, sem enquadramento em uma das bases legais estipuladas no art. 7º da LGPD;

V - Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais;

VI - Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente Contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;

VII - Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais;

VIII - A **CONTRATADA** não poderá subcontratar nenhuma das suas atividades de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do presente Contrato, sem o prévio e expresso consentimento da **COCEL**. Havendo subcontratação, a **CONTRATADA** deverá celebrar contrato por escrito com a subcontratada contendo as mesmas obrigações no que se refere à Proteção de Dados Pessoais dispostas no presente Contrato. Em caso de descumprimento pela subcontratada das obrigações em matéria de Proteção de Dados Pessoais que lhe incumbem nos termos do referido contrato por escrito, a **CONTRATADA** continua a ser plenamente responsável perante a **CONTRATANTE** pelo cumprimento destas obrigações;

IX - Comunicar a **COCEL** imediatamente e em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas em caso de incidentes e/ou vazamentos envolvendo dados resultantes do tratamento de Dados Pessoais obtidos para a execução do presente Contrato.

20.1.2 – A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** desde já pactuam que o descumprimento por uma das Partes, de qualquer Legislação de Proteção de Dados Pessoais, das políticas da COCEL ou das provisões contidas nesta cláusula gerará obrigação da Parte culpada em indenizar, defender e manter isento(a)(s) a(s) outra(s) Parte(s) e suas entidades afiliadas, conselheiros, diretores, executivos e empregados de todas as responsabilidades, perdas, os

danos, prejuízos, custos, despesas, ações, processos, demandas, multas e penalidades decorrentes do descumprimento, por uma das Partes, de suas obrigações, declarações e garantias previstas nesta Cláusula, sendo que nenhuma limitação de responsabilidade eventualmente acordada neste Contrato será aplicada para as indenizações por descumprimento das obrigações desta Cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA ÉTICA E INTEGRIDADE

21.1 – A **CONTRATADA** deverá observar, durante a vigência do presente contrato, o disposto na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

21.1.1 – A **CONTRATADA** deverá conhecer os princípios éticos e compromissos definidos no Código de Conduta da COCEL - disponível em seu sítio eletrônico (<http://transparencia.cocel.com.br/codigo-de-conduta-etica/>). Dessa forma, não caberá à **CONTRATADA** quaisquer reclamações posteriores quanto às sanções aplicadas em virtude de descumprimento do referido Código e disposições legais contidas na Lei 12.846/2013.

21.1.2 – A **CONTRATADA**, sem excluir o dever da **CONTRATANTE**, está obrigada a fiscalizar o cumprimento da presente Cláusula, instruindo e dando ciência a todos aqueles que atuem em seu nome, para a execução do presente Contrato, visando à prevenção, detecção e combate de atos lesivos.

21.1.3 – A **CONTRATADA** se compromete a denunciar, imediatamente, a prática de irregularidades de que tiver conhecimento, por meio do Canal de Denúncias da **CONTRATANTE**, por telefone ou pelo e-mail:

a) 0800 726 2212

b) ouvidoria@cocel.com.br

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

22.1 A **CONTRATADA** compromete-se a cumprir as diretrizes da Declaração Universal de Direitos Humanos, garantindo que as suas atividades estejam em conformidade com os documentos aqui citados, conforme itens abaixo:

22.1.1 - Responsabilidade Social:

22.1.1.1 - Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, e envidar esforços junto aos seus fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido, inclusive quanto às obrigações expressas no compromisso pelo combate à escravidão promovido pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia;

22.1.1.2 - Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesseis anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

22.1.1.3 - Não permitir a exploração sexual de crianças e adolescentes na sua área de influência;

22.1.1.4 - Não permitir a prática de assédio moral e/ou sexual no ambiente de trabalho, bem como de discriminação com relação a sexo, gênero, origem, raça, cor, condição física, saúde, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação, envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores, e divulgando os canais de denúncia, próprios ou públicos;

22.1.1.5 - Garantir segurança e dignidade aos seus empregados, vinculados à execução deste contrato, no que diz respeito a: saneamento básico, higiene, transporte, alimentação e acomodação dos empregados vinculados à prestação do serviço.

22.1.2. Responsabilidade Ambiental:

22.1.2.1 - Proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância, à legislação e normas emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), envidando esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores;

22.1.2.2 - Observar a Lei Federal nº 12.305, de 03 de agosto de 2010 e o Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, quanto ao correto gerenciamento (geração, segregação, manuseio, armazenamento, transporte e destinação) dos resíduos sólidos provenientes de suas atividades.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: DA MATRIZ DE RISCOS

23.1 - Nesta cláusula definem-se os riscos e as responsabilidades entre a COCEL e a CONTRATADA, sendo que a matriz de riscos caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

23.2 - A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato, conforme hipóteses elencadas no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

23.3 - A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do Contrato quando estes competirem à COCEL, conforme estabelecido no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital.

23.4 - Ressalta-se que o Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

23.5 - Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (um) dia útil, informar a COCEL sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada;

- b)** As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c)** As medidas que irão tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d)** As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e
- e)** Outras informações relevantes.

23.6 - Após a notificação, a COCEL poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA e decidirá quanto à responsabilidade pelo ocorrido. A forma e o prazo para resolução serão acordados entre a COCEL e a CONTRATADA.

23.7 - Avaliada a gravidade do evento, a COCEL e a CONTRATADA, mediante acordo, decidirão quanto à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, salvo se as consequências do evento estejam cobertas por Terceiro (Ex.: Seguradora), se houver.

23.8 - O reconhecimento pela COCEL dos eventos descritos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente à CONTRATADA, não dará ensejo de recomposição do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA.

23.9 - As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pela COCEL e pela CONTRATADA em até 01 (um) dia útil ou conforme prazo específico definido em cláusula contratual, contados da data da ocorrência do evento.

23.10 - Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do Contrato, não previstos no Anexo "Matriz de Riscos", do Edital, serão decididos mediante acordo entre a COCEL e a CONTRATADA, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

23.11 - As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

23.12 - O Contrato poderá ser rescindido quando demonstrado que todas as medidas para sanar os efeitos do evento tenham sido tomadas e, mesmo assim, a manutenção do contrato tenha se tornado impossível ou inviável nas condições existentes ou, ainda, seja excessivamente onerosa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: GESTOR DO CONTRATO

24.1 - Para efeitos deste Contrato, a **CONTRATANTE** designa como gestora a **Gerente da Divisão Comercial, Sra. Juliana Felix Barause**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: FORO

25.1 - Para dirimir eventuais controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Campo Largo – PR, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que se apresente.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente CONTRATO na data abaixo indicada, em 02 (duas) vias, e rubricam os demais documentos de Contrato, os quais foram lidos, achados conforme e aceitos, na presença das testemunhas que também o assinam.

Campo Largo, 10 de setembro de 2024.

JOSE ARLINDO LEMOS

CHEMIN: [REDACTED]

Assinado de forma digital por

JOSE ARLINDO LEMOS

CHEMIN

Dados: 2024.09.17 17:36:15 -03'00'

COMPANHIA CAMPOLARGUENSE DE ENERGIA – COCEL

José Arlindo Lemos Chemin – Diretor Presidente

CLAUDINEI DA

SILVA: [REDACTED]

Assinado de forma digital por

CLAUDINEI DA SILVA: [REDACTED]

Dados: 2024.09.16 16:04:47 -03'00'

DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

Claudinei da Silva

TESTEMUNHAS:

ADRIANA
VOLKMANN: [REDACTED]

Assinado de forma digital
por ADRIANA VOLKMANN:

Dados: 2024.09.16 17:12:44
-03'00'

Nome:

CPF:

ANA LAURA
LAGNER: [REDACTED]

Assinado de forma
digital por ANA LAURA
LAGNER

Dados: 2024.09.18
13:44:39 -03'00'

Nome:

CPF:

GESTORA DO CONTRATO:

g vb

Documento assinado digitalmente

JULIANA FELIX BARAUSE

Data: 18/09/2024 12:27:38-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Juliana Felix Barause

Gerente da Divisão Comercial

Companhia Campolarguense de Energia – COCEL

Fone (0xx41) 3032-9200 - R. Rui Barbosa, 520 - Cx. Postal 715 - Campo Largo - PR - CEP 83.601-140
CNPJ 75.805.895/0001-30 - Inscrição Estadual 10802030-00



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO – PARANÁ

Lei nº 2698/2015.

QUINTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2024.

ANO: XVI

EDIÇÃO Nº: 2793 - 29 Pág(s)

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.
DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2024.

CONTRATO ESTATAL N.º 079/2024

ORIGEM: Licitação nº 052/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADA: HIDROWATS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REATORES LTDA., CNPJ/MF sob nº 81.445.884/0001-90.

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de reatores.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 05 (cinco) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: R\$ 9.300,00 (nove mil e trezentos reais), valor global, sendo que o pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta), 60 (sessenta), 90 (noventa) e 120 (cento e vinte) dias da data da entrega dos bens.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 05 de setembro de 2024.

CONTRATO ESTATAL N.º 080/2024

ORIGEM: Licitação nº 043/2024.

CONTRATANTE: Companhia Campolarguense de Energia – COCEL.

CONTRATADA: DIFERENCIAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA., CNPJ/MF sob nº 16.898.125/0001-10.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados de leitura de medidores e outros.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitando-se a 60 (sessenta) meses, mediante acordo entre as partes.

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O valor para a execução dos serviços objeto do presente contrato é de R\$ 68.500 (sessenta e oito mil e quinhentos reais) mensal, totalizando R\$ 822.000,00 (oitocentos e vinte e dois mil reais), pelo período de 12 (doze) meses. O pagamento será efetuado no 8º (oitavo) dia útil subsequente ao mês da execução do serviço, mediante entrega da Nota Fiscal pela CONTRATADA, na sede da CONTRATANTE e o atesto do Gestor do Contrato.

FUNDAMENTO LEGAL: Regulamento Interno de Licitações e Contratos – COCEL.

DATA DE ASSINATURA: 10 de setembro de 2024.

Página 20

